

INFORMATIVO ATI39

ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE 39/NACAB
(NÚCLEO DE ASSESSORIA ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS POR BARRAGENS)



Esperança e desafios de famílias em processo de reassentamento

Página 8

Associação de Córregos
reforça identidade
cultural da comunidade

Página 3

Obras na Face Oeste da
Serra do Sapo em fase de
licenciamento

Página 4

Histórias de Taporôco
contadas por guardiãs
de sua memória

Página 6

Passa Sete e
Gramixá recebem
certificação quilombola

Página 12

Novo informativo e nova etapa de trabalho

Olá, comunidades! Apresentamos essa edição do Informativo ATI 39 Nacab com novidades no projeto gráfico e formato físico. A reformulação está sendo pensada e preparada para gerar melhorias no aspecto visual, na apresentação do conteúdo, leitura e compreensão, além de incluir mais imagens e recursos didáticos. Pensamos também em dar um novo nome a esse canal de comunicação e, para isso, queremos contar com a participação das pessoas atingidas. Em breve vamos comunicar como isso acontecerá!

Mesmo com o leque atual de possibilidades que a internet e as redes sociais nos oferecem, a nossa experiência em campo e os retornos das pessoas atingidas indicam que é fundamental manter a produção e a distribuição de um material impresso voltado para as comunidades. A distribuição é feita de casa em casa, em visitas familiares realizadas pelas equipes de articulação e as comunicadoras populares, para o repasse qualificado das informações, esclarecimentos de dúvidas e ampliação do acesso a quem tem dificuldades de leitura.

Nos últimos anos, já temos implementado mudanças no Informativo, no sentido de ressaltar o protagonismo e ampliar as vozes das pessoas atingidas. Temos trabalhado para oferecer uma

ferramenta que contribua para informar e estimular a participação das pessoas atingidas nos processos relativos ao licenciamento ambiental e às medidas de reparação de impactos/danos causados pela mineradora. Ao mesmo tempo, buscamos registrar e valorizar as histórias, memórias, características e modos de vida das comunidades que vêm resistindo às intervenções das atividades minerárias em seus territórios.

O Informativo chega remodelado para contribuir, ainda mais, em uma nova fase da ATI. Em fevereiro de 2026, iniciamos a terceira etapa da nossa presença no território, após aprovação do Plano de Trabalho que guiará nossa atuação até janeiro de 2029. Este documento foi elaborado por nossa equipe a partir de demandas das comunidades e passou por longo processo de negociação, desde 2023 até janeiro deste ano, com o Comitê de Monitoramento, composto por representantes do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), da Fundação Estadual do Meio Ambiente (Feam), da Anglo American e da Fundação Israel Pinheiro (FIP).

Em março, compartilhamos o novo Plano de Trabalho nos grupos de whatsapp das comunidades atingidas e o apresentamos em reunião do Comitê com representantes das comunidades. Em seguida, para ampliar a participação, iniciamos reuniões nos territórios, para apresentar, dialogar e tirar dúvidas das pessoas atingidas.

Nossa equipe permanece à disposição para explicar sobre as atividades e ações previstas nesse plano. Seguimos juntas e juntos! Abraços.



Foto: Zaine Crispim

Reunião sobre o Plano de Trabalho da ATI 39, em Itapanhoacanga

Assessoria
Técnica
Independente
ATI 39

NACAB
NÚCLEO DE ACESSORIA
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS

- @nacabmg
- facebook.com/nacabmg
- www.nacab.org.br
- ati39.comunicacao@nacab.org.br

Conceição do Mato Dentro (MG):

Rua Capitão Miguel Safe, 180
Centro | CEP: 35.860-000

Rua Quinzinho Costa, 50
Brejo | CEP: 35.860-000

INFORMATIVO ATI 39

Produção: Equipe de Comunicação
ATI 39 Nacab

Edição: Brígida Alvim

Reportagens: Georgyenne Sena, Janaíne Ferraz e Patrícia Castanheira

Projeto gráfico e diagramação:
Rodrigo Teixeira

Revisão técnica: Ana Paula Rocha, Geovane Assis, Guilherme Bongiovani, Gustavo Pinto, Hellen Margarida Silva e Josiane Guimarães

Revisão jurídica: Jesús Menjivar

Equipe de articulação: Bárbara Gomes, Cosmo Júnior, Fabiana Ferreira, Joice Castro, Túlio Moreira e Zaine Crispim

Tiragem: 600 exemplares

Foto de capa: Lucinéia (Néia), o esposo Geraldo e o filho Yuri no novo lar, município do Serro (MG)
Foto: Gustavo Pinto

Se você, leitor, tiver alguma sugestão de pauta ou texto para contribuir com a construção dos nossos canais de comunicação, sinta-se à vontade para compartilhar conosco. Juntos, podemos mais!



Acesse todas as edições do Informativo ATI 39 Nacab através do QR Code ao lado

▶ ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA

Defesa da cultura e interesses da comunidade

Por Patrícia Castanheira

A Associação Comunitária Esperança de Córregos (Acec) fechou com sucesso o projeto Renascer 2024 e planeja ampliar as atividades em 2026. As oficinas foram oferecidas, entre maio de 2024 e novembro de 2025, envolvendo participantes de diferentes idades. Com os temas “Resgate e ensino de saberes locais”, “Córregos que eu quero ver”, “Contaçõ de histórias” e “Construçõ de brinquedos e brincadeiras”, elas contribuíram para fortalecer laços, unir gerações e valorizar os saberes locais.

O projeto foi custeado por emenda impositiva do vereador João Marcos e parte do recurso foi utilizado para comprar equipamentos e contratar pessoas para a Associação. Segundo Carlos Mitraud, presidente da Acec, em 2026 o número de associados contribuintes aumentou, o que trouxe mais autonomia e possibilitou pequenas reformas na sede. Ele conta que a abertura de um bazar também passou a ser fonte de renda para a Associação e que planejam promover a cultura local com uma loja de produtos típicos de Córregos e transformar a sede em um ponto oficial de carimbo da Estrada Real.

“A Associação é da comunidade. Está aqui para prestar serviços e defender os interesses dela. Além das oficinas, a Acec fez sete exibições de cinema abertas à comunidade; apresentações de música erudita na Igreja Matriz, pelo projeto ‘Música na Igreja’; beneficiou o grupo Meninas de Córregos, com o projeto ‘A arte que está em nós’; apoiou a realização de uma quadrilha organizada por um grupo de jovens; cedeu espaço para implantação do curso de informática e está sempre envolvida nas festas tradicionais de Córregos, como a Festa do Rosário e a de São Sebastião,” lista Carlos.

“Desenhamos o projeto em função



Oficina Construçõ de brinquedos e brincadeiras

do que a comunidade vinha pedindo. Nesse período de trabalho, percebi um envolvimento crescente dos participantes e que as oficinas trouxeram aprendizado, disciplina e empatia. A expectativa é que o projeto continue em 2026”, conta Laudiene Alcântara, coordenadora do Renascer 2024.

O projeto Renascer aguarda aprovação para receber recursos de nova emenda impositiva da Câmara Municipal de Conceição do Mato Dentro. A edição de 2026 prevê oficinas nas áreas de Cuidados Pessoais; História e Fotografia; Resgate de Saberes Tradicionais. A Acec também busca aprovação de emendas para levar aulas de zumba e de pilates para Córregos.

Mostra de resultados

Em 6/12/2025, moradores do distrito foram até a Escola Municipal Cônego Antônio Madureira ver os trabalhos produzidos nas oficinas do Projeto Renascer 2024. Confira depoimentos de alguns alunos e professores:

“Andamos pela comunidade, fotografamos e rimos muito. Hoje tenho outro olhar. Comecei a observar detalhes que no dia a dia passavam despercebidos. Aqui é um lugar

Foto: Patrícia Castanheira

“muito lindo, tenho orgulho de ser de Córregos”

Leia da Silva, aluna da oficina de Fotografia



“Aprendemos a fazer um xarope expectorante com plantas medicinais encontradas aqui na comunidade, como erva baleeira, alfavaca e assa-peixe. Meu filho estava com tosse há mais de seis meses, foi ao médico e não resolveu. Eu contei que tínhamos feito um xarope natural, ele tomou e a tosse passou”.

Marli Reis, aluna da oficina Resgate e ensino de saberes locais



“O grupo participou ativamente e com interesse, estreitando os laços comunitários e promovendo uma troca muito rica de informações. Ao longo dos meses, percebemos a aplicação dos conhecimentos, com o aumento da autonomia no cuidado da saúde”.

Renata Calonge, professora da oficina Plantas Medicinais



“É importante que as crianças tenham contato com o brincar livre e presencial. Hoje o mundo digital é o grande desafio, porque as coisas chegam muito prontas. Fazer um brinquedo é uma oportunidade de experimentar, tentar, refazer, errar, frustrar, brincar e divertir. Precisamos incentivar mais esse universo porque a vida é isso, não tem tutorial”.

Cristiano Pena, artista e professor da oficina Construçõ de brinquedos e brincadeiras



▶ ESTUDO AMBIENTAL

Impactos poderão ser intensificados em Córregos e Gondó

Por Patrícia Castanheira

Córregos e Gondó, comunidades que estão próximas à face oeste da Serra do Sapo, onde ocorre a extração de minério de ferro do Sistema Minas-Rio, podem sofrer com a intensificação de impactos negativos, caso seja aprovada uma nova intervenção no local. A previsão foi dada pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Face Oeste, apresentado pela Anglo American à Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam) em 2024. O estudo prevê obras para contenção de sedimentos e água das chuvas, como gabiões e bacias, além de desmatamento de vegetação nativa em áreas de preservação da Serra.

O EIA foi encaminhado à Feam, visando a regularização ambiental e compensação pela intensificação dos impactos. De

acordo com o estudo, praticamente todos os impactos identificados já são vivenciados por moradores das duas comunidades. No entanto, devido à exploração de minério em áreas mais inclinadas, nos próximos cinco anos, há previsão de aumento significativo no uso de explosivos e do carreamento de sedimentos para a face oeste da Serra. A estimativa é de que os impactos possam atingir uma nova área de até 139 hectares na Serra do Sapo.

Além dos impactos já citados com as intervenções propostas pela mineradora, o estudo indica: desequilíbrio ambiental causado pelo desmatamento, como perda de flora e fauna, inclusive de espécies em extinção; assoreamento de cursos de água; e mudança no clima local; dentre outros. Para

mitigação e compensação da maior parte das alterações no meio ambiente, o estudo recomenda a inclusão de medidas nos programas pré-existentes da mineradora.

O EIA Face Oeste foi elaborado pela Agroflor, contratada da Anglo American, e está sob análise da Feam. Nessa fase, de licenciamento prévio, o órgão ambiental avalia documentos, deve realizar audiência pública e poderá aprovar ou não as novas intervenções na Serra do Sapo. Caso aprove, irá propor condicionantes no licenciamento ambiental.

Carreamento de sedimentos na Serra do Sapo



Foto: Acervo da família de Derlanja e Adelfino

Cena comum para os moradores de Gondó. Poeira é lançada no ar com as detonações na Serra do Sapo

Planos da Anglo American para Mina da Serra do Sapo

2024 a 2030

Atividades de mineração na crista da serra, sendo os próximos 5 anos de forma mais intensa.

2030 a 2040

Atividades de mineração abaixo da crista da serra; monitoramento e manutenção de estruturas da mina.

A partir de 2040

Retomada das atividades de mineração na crista da serra em rochas de baixo teor de ferro e de maior dureza.

Após término das atividades minerárias na serra do Sapo, ocorrerão as medidas de recuperação em caráter permanente.

Análise da ATI e debate com as comunidades

Desde quando tomou conhecimento e teve acesso ao EIA Face Oeste, a ATI 39 Nacab estudou os documentos e iniciou repasses e explicações às comunidades. Em 2025, foram realizadas reuniões com moradores de Gondó e de Córregos, elaborados materiais informativos como cartilhas e reportagens sobre o assunto. Os encontros para debates sobre o EIA continuam neste ano.

As comunidades também solicitaram diálogo com a Anglo American para tirar dúvidas sobre o tema. Uma data foi agendada, dentro das reuniões do Comitê de Convivência da mineradora com a comunidade de Gondó, porém a reunião foi cancelada pela mineradora e ela não indicou nova data de reagendamento.

Análise técnica - A ATI analisou e identificou falhas técnicas no EIA Face Oeste, que serão encaminhadas para a Feam, Anglo American e Ministério Público. O relatório da ATI questiona a metodologia adotada, que apresenta fragilidades na caracterização da fauna e da flora, não possibilitando a identificação adequada das espécies existentes na área do estudo. Além disso, para elaboração do diagnóstico socioeconômico foram utilizadas informações do Censo de 2010, uma diferença de tempo que pode prejudicar a avaliação dos impactos.

Outra preocupação é que os resultados técnicos do estudo não apresentam os impactos da mesma forma que eles são sentidos pelos moradores das comunidades, especialmente os de Gondó, que relatam picos de poluição, deposição de poeira, odores (mau cheiro) e outros incômodos.

Ao descrever as características do impacto "Alteração de microclima", o estudo afirma que é um impacto de caráter "temporário". A ATI entende que é "permanente", pois mesmo



Dona Dalva mostra a Serra de sua janela

após o término das atividades minerárias o impacto no microclima continuará, já que é afetado diretamente pelo desmatamento e uma área desmatada não se recupera rapidamente, tão pouco volta ao estado original.

Outra possível falha do estudo, apontada pela ATI, está no levantamento do patrimônio cultural que se baseou apenas em bens tombados, podendo ter ignorado aspectos do patrimônio cultural não oficializados, mas que são igualmente relevantes para a identidade e modos de vida das duas comunidades. Diante das incertezas, a ATI aponta para insuficiência do estudo apresentado pela Anglo American e alerta que ele pode comprometer a avaliação real dos impactos e as medidas de mitigação e compensação propostas.



Percepção dos moradores

“Chegamos em Córregos em 2014. No primeiro ano, os impactos eram menores, depois começamos a perceber o aumento. Dependendo do local de exploração na serra, à noite, no silêncio, a gente escuta os caminhões rodando lá. A gente vê até as luzes deles da nossa janela. Também escutamos barulho das explosões e vemos a poeira suspensão no ar. Essa poeira, dependendo do vento, se espalha e chega aqui. As folhas das plantas ficam brilhando e passamos a perceber uma ferrugem nas cascas dos legumes e das frutas daqui”.

Dalva Maria Gonçalves e Antônio Geraldo Pereira, casal de moradores da parte alta de Córregos



Fotos: Patrícia Castanheira

“Aqui sofremos com o barulho dos caminhões rodando à noite na mina, das perfuratrizes que usam para fazer os buracos dos explosivos e com o barulho dos próprios explosivos. A mineradora detona uma a duas vezes por semana. Nossa preocupação maior é com a saúde de nossas filhas. A poeira sobe e se espalha muito. Outro dia precisei levar minha filha para consultar e o médico disse que deve ser alergia da poeira do minério. Tínhamos uns vizinhos que levavam sempre seus filhos para o hospital, muitas vezes de madrugada. Eles mudaram para a cidade e hoje as crianças não adoecem mais, estão fortes.”

< **Derlanja Simões Peixoto de Medeiros e Adelino Alves de Medeiros**, casal de moradores de Durão (Gondó)

▶ TRADICIONALIDADES

Garimpando histórias de Taporôco

Por Janaíne Ferraz



Fotos: Janaíne Ferraz

■ Dona Sussuca no seu quintal, em Taporôco

A comunidade Taporôco é formada por relações de parentesco e tem sua história ligada ao trabalho na terra, à criação de animais, **garimpo de aluvião** e outros saberes transmitidos entre gerações. Os moradores contam que a comunidade possui ancestralidade negra, sendo alguns deles descendentes de pessoas que foram escravizadas, e que também há presença cigana na região.

Conceição Simões Pimenta (Dona Sussuca), 71 anos, conta que o nome da comunidade seria originado de um antigo morador: “Diz meu pai que morava um senhor aqui que chamava Emanuel Taporôco, mas eu não conheço. Pra te mostrar uma realidade, aqui na minha casa, antigamente, era uma fazenda, que meu pai não lembra dela. Então, quando nós viemos pra cá, era uma terra muito esterçada. No meu terreno tem vários esteios antigos e uma escada de pedras. Pela quantidade de **esteio** parece que era uma fazenda grande. Então, quem já morou aqui deve que tinha muito dinheiro.”

Eva Expedito Pimenta, de 83 anos, e Neuza Simões Pimenta, 63 anos, mãe e filha, foram moradoras de Taporôco. Dona Neuza mudou-se para Água Santa e de lá foi reassentada, há 16 anos, para Itapanhoacanga. Depois Dona Eva também se mudou para Itapanhoacanga, há cerca de 10 anos. Elas contam que em Taporôco plantavam de tudo e depois que se mudaram não conseguem mais plantar seus alimentos, reduzindo a prática ao cultivo da horta. “Até hoje gosto de plantar alho no dia 3 de maio. Todo mundo falava que era bom porque não tinha lua. Eu ajudava minha mãe e acabei aprendendo. A horta a gente semeava em fevereiro e março para, no mês de maio, estar tudo pegadinho. A gente mudava os pezinhos e adubava com esterco de vaca queimado. Até hoje eu adubo com esterco de vaca”, lembra Neuza.

Os partos e as benzeções eram feitos por mulheres, como Sebastiana dos Santos Pimenta e Amélia Ducleino Pimenta (Miluca), avó e tia de Dona Sussuca. O garimpo também fez parte da vida de muitas famílias da comunidade.

“

“Tia Miluca, avó de Darcília, é que benzia nós. Ela e o marido dela. Uma vez meu pai foi comer uma língua de boi, um pedaço forte e grande, e parou aqui (na garganta). Aí ela veio aqui benzer pai com **tição de fogo**,” relata **Dona Sussuca**.



■ Abaixo, esteio em madeira e escada de pedra, na casa de Dona Sussuca



■ Casa atual de Dona Sussuca feita de pau-a-pique

“Tirei ouro com meu marido. Nós cavava a beirada do barranco, colocava a bateia, entrava dentro d’água e fica fazendo assim e jogando a água e caindo. E ficava aqueles trenzinhos, aquelas raizinhas de ouro. Aí a gente apurava ele, colocava pra secar no sol, depois a gente pesava ele e vendia”, lembra **Dona Neuza**.



Neuza e Eva, filha e mãe, em Itapanhoacanga

Tradições mantidas

Ainda hoje na comunidade são comuns práticas tradicionais como trocas de alimentos e de dias de serviço, assim como o uso de carros de boi e burros para transportar lenha, cana e outras cargas. Também são mantidas criações de animais como éguas, jumentos, porcos, vacas e galinhas, assim como o cultivo de hortaliças, feijão, café, mandioca, cana e alho. Do leite das vacas são feitos queijos e a mandioca é transformada em farinha, em processo artesanal que envolve ralar, prensar e torrar.

Nos cuidados com a saúde, plantas medicinais são usadas para o preparo de chás e remédios caseiros. Dentre elas hortelã, poejo e alfavaca, muitas vezes preparadas com mel. Algumas casas ainda preservam construções tradicionais de **pau-a-pique e adobe**.

“Minha mãe tinha uma casa antiga que foi o Zé de Zurico que construiu. A casa era de pau-a-pique, que amarrava uma taquara na outra e jogava barro. Quando essa casa caiu, eu já era casada e meu marido que era pedreiro construiu aquela casa que tá lá, que é de **adobe**”, conta Dona Neuza.

Mudanças e desafios

Com o avanço das operações minerárias, muitas famílias saíram de Taporôco. Algumas comunidades vizinhas deixaram de existir, para a instalação da mina e da barragem de rejeitos, como

Água Santa/Mumbuca. Com isso, foram reduzidas as relações de amizade e de parentesco, assim como os espaços de convivência e o acesso a serviços públicos. Hoje, poucas famílias permanecem em Taporôco, enfrentando isolamento social e dificuldades para manter seus modos de vida. Ainda assim, seguem resistindo e preservando memórias e costumes que fazem parte da identidade do lugar.

Em 2024, a ATI 39 Nacab desenvolveu estudo sobre a desintegração social em Taporôco, entre outros impactos/danos causados pelo Sistema Minas-Rio, da Anglo American. Foi feito também o diagrama familiar da comunidade, com as relações de parentesco dos “Simões”, “Pimenta” e “Rodrigues”, através do Mapeamento Comunitário Participativo.



< **Acesse a cartilha com resumo do estudo**

Atualmente, as principais demandas da comunidade são: redução dos impactos/danos socioambientais da mineração; melhoria das estradas; poços artesianos; transporte público; acesso à saúde e atendimento a idosos; cestas básicas; instalação de fossas sépticas, redes de comunicação (telefone e internet), cavaletes, energia elétrica e placas solares.

Desde o ano passado, a comunidade passou a participar do Programa de Convivência da Anglo American, tendo reuniões para discutir problemas e

soluções com a mineradora. Também foram feitos diálogos com o poder público. Nessas reuniões, já houve alguns encaminhamentos. A Prefeitura de Alvorada de Minas passou a disponibilizar transporte para a comunidade acessar o comércio e serviços de saúde. Porém, essa medida já foi suspensa. Para instalação de fossas sépticas, ficou encaminhado de a Anglo American articular com a Prefeitura para viabilizar as perfurações em Taporôco. A mineradora se comprometeu em disponibilizar mão de obra

para instalar a fossa modelo e treinamento prático da instalação. Também informou que, caso o município não cumpra sua parte, ela buscará outra solução.

A-Z

Garimpo de aluvião: Extração de minerais preciosos, como ouro e diamante, que se acumulam em camadas de areia e cascalho nos leitos ou margens dos rios. Costuma-se usar **bateia**, recipiente de madeira em forma de prato, para fazer a separação dos materiais.

Esteio: Pilar vertical de madeira, pedra ou outro material resistente, para suporte estrutural de uma construção.

Pau-a-pique: Construção feita com madeira entrelaçada (taquaras, bambus) preenchida com barro e capim, ou esterco, para dar liga.

Adobe: Tijolo de barro cru moldado e seco ao sol, usado para levantar paredes firmes e regulares.

Tiço de fogo: Pedaco de madeira em brasa, ainda aceso.

Apurar: No contexto do garimpo, significa separar o ouro que era encontrado na bateia.

► REASSENTAMENTO

Esperança e desafios de um recomeço

Por Patrícia Castanheira e Georgyanne Sena



Foto: Patrícia Castanheira

Vista da comunidade São José do Jassém

No segundo ano de execução do Plano de Reassentamento, a Assessoria Técnica Independente segue acompanhando as famílias das comunidades São José do Jassém, Água Quente, Beco e quilombo Passa Sete (situadas na Zona de Autossalvamento – ZAS da barragem de rejeitos) nas negociações com a Anglo American. A conquista do novo lar é um processo complexo, marcado por perdas, longas esperas e impasses com a mineradora, mas também pela esperança de dias melhores.

Embora cada uma das comunidades traga sua própria história e contexto, todas compartilham o desafio de recomeçar a vida. Exemplo disso é a família de Girlaine de Souza Peixoto e José dos Santos Marcelo da Silva, que junto a filhos e neta, moravam em Córrego do Saraiva, localidade de São José do Jassém (Alvorada de Minas), e foram reassentados no dia 26/03/26.

A família conta que fez negociação com a Anglo American por aproximadamente dez meses e optou pela compra de uma casa no reassentamento rural construído pela mineradora na Fazenda Simão Lavrinha, em Congonhas do Norte. A empresa arcou com a compra e a mu-

dança para a nova casa, e forneceu pacote de indenizações e benefícios previstos no Plano de Reassentamento, que inclui auxílio adaptação, compensação pelo deslocamento, auxílio para contas básicas por quatro meses e cesta básica por 24 meses.

Ao entrar na nova casa, Girlaine cumpriu sua promessa: leu um trecho da bíblia e fez uma oração. “A primeira coisa, agradeço meu Deus por tudo. A gente ficou sem paci-

ência no início, mas deu certo. Agradeço a todos que me apoiaram até aqui, o pessoal do Nacab e da Anglo. Espero ter paz aqui com minha família, cultivar minhas plantas que eu gosto, fazer minha horta, ter minhas galinhas e o porquinho que eu quero comprar. Estou feliz demais em saber que temos e somos donos da nossa casa!”

“Espero um bom lar, passar o restante da vida e trabalhar no que é da gente. Eu vou cuidar das minhas criações, meu sonho é fazer um queijinho também, com a reestruturação produtiva. Com a mudança sinto uma alegria e estou tirando um peso da cacunda, né? A negociação deixa a gente ansioso, pois são muitas fases, mas o Nacab estava nos acompanhando em todo o processo, eu agradeço todo mundo. Agora é viver no novo lar e Deus abençoar para dar tudo certinho. Não tem como não ficar alegre, a família é grande, a casa é do tamanho certo!”, contou José Marcelo.

Jackson Marcelo Peixoto da Silva, de 13 anos, filho do casal, estava ansioso para a mudança e cheio de esperança no novo lar: “Eu espero ter paz, fazer novas amizades, conhecer a cidade e ajudar minha mãe a cuidar da casa.”



Foto: Georgyanne Sena

Na nova casa, Girlaine cumpre sua promessa: leu um trecho da bíblia e fez uma oração

Cíntia Miranda, analista multidisciplinar psicossocial da ATI 39 Nacab, acompanhou a família em todo o processo e conta: “Foi uma negociação complexa, devido aos critérios do Plano de Reassentamento e às condições da família. Agora, após a mudança, a família segue recebendo orientações tanto da ATI quanto da Anglo American, para organização financeira e reestruturação produtiva”.

Ganhos e perdas

Já a família de Lucinéia Teixeira (Néia) e Geraldo Marcelo da Silva foi reassentada e enfrenta dificuldades para recomeçar a produção rural que sempre garantiu sua subsistência. Após nove meses de negociações, no dia 6/02/26, a família se mudou da comunidade quilombola Passa Sete, na área rural de Conceição do Mato Dentro, para a localidade rural Córrego da Prata, no Serro.

A primeira reunião de negociação com a mineradora ocorreu em maio de 2025. Segundo Néia, as negociações foram desgastantes e, antes de encontrarem a nova propriedade, precisaram visitar outras oito. Para complementar o valor total da propriedade, o casal também precisou utilizar parte da indenização de um dos filhos. “Foi difícil encontrar uma propriedade que tinha documentação, casa com estrutura adequada e preço acessível. Foi uma luta!”, lembra Néia.

A realocação foi feita em “terra



Foto: Georganne Sena

Família de Girlaine e José Marcelo durante entrega de imóvel e assinatura de termo de posse

boa”, como descreve a atingida: “A gente gostou muito daqui, tem muita terra, muita braquiária pros bois comerem, é bom mesmo! Mas só que tem muita coisa pra mexer ainda e sem dinheiro não tem como fazer”

Segundo Néia e Geraldo, dois direitos essenciais para a família continuam em negociação: o lucro cessante (valor a ser recebido pela renda da atividade que foi prejudicada pela mineradora, devido ao processo de reassentamento forçado) e o fundo de comércio (valor a ser pago pelo ponto, clientela formada, equipamentos,

dentre outras conquistas, além do imóvel). No entanto, para pagamento desses direitos, a Anglo American está exigindo documentos formais das famílias, o que não é comum em comunidades rurais, onde a maioria das atividades não são registradas. Nessas comunidades, especialmente as quilombolas, os costumes são mantidos há muitas gerações e as relações são baseadas na conversa e na confiança.

Nas reuniões de negociação das famílias e do Comitê de Monitoramento do Reassentamento, a ATI defende que a empresa adote metodologias compatíveis com a realidade das comunidades, para que as indenizações sejam mais justas. Para a família de Néia a mineradora solicitou, em março, documentações como declarações de compra dos clientes, comprovantes de pix e notas. Apesar da família ter apresentado, a Anglo American informou que os documentos ainda são insuficientes para o reconhecimento das atividades. Eles contam que a empresa chegou a oferecer 1.200 reais pelo lucro cessante referente à produção familiar de cachaça. Já a produção de queijos, doces, ovos, galinhas e porcos, desempenhada exclusivamente pela Néia, foi desconsiderada na valoração. O direito ao fundo de comércio até o momento não foi reconhecido pela mineradora.

Foto: Gustavo Pinto



Néia, Geraldo e o filho Yuri na nova propriedade da família

“Não estou satisfeita com a negociação. A Anglo não está cumprindo com o que falou durante as reuniões com a comunidade e nem com o Acordo (de reassentamento). A promessa de considerar toda a nossa produção não está sendo cumprida. Atualmente, não temos recursos para adequar o local para a produção e venda de cachaça, doces, galinhas, ovos e porcos, dependendo exclusivamente do cartão alimentação. Estamos produzindo apenas queijo, mas com os custos da entrega em Conceição do Mato Dentro quase não compensa. Muitos clientes de doces estão me ligando, mas estou tendo que dispensar porque não tenho condições de fazer. Só na Semana Santa do ano passado vendi 1.500 reais. A Anglo está fazendo o que quer, colocando o valor que quer em nossos produtos, não reconhece nossas atividades”, lamentou Néia.

Geraldo descreve que no lugar de origem, na comunidade quilombola Passa Sete, a família tinha um alambique que



Os maquinários ainda não foram instalados na nova propriedade



Fotos: Patrícia Castanheira

produziu 200 litros de cachaça por dia entre maio e dezembro do ano passado, com vendas significativas. “Aqui vamos ter que começar quase do zero, temos que montar novamente o alambique. Estou preocupado também com o trato do boi na seca. Hoje a braquiária está linda, mas vamos ter que plantar milho e preparar silagem para o período de seca. Isso tudo custa dinheiro. Eu também tinha ganho com carreto e, por aqui, ainda não apareceu nenhum”, desabafou.

Apesar de pouco tempo da mudança, a família já sente saudades dos vizinhos de Passa Sete e percebe dificuldades para o recomeço de vida. Eles contam que a propriedade de origem é resultado de quase 40 anos de investimentos e melhorias. E detalham que, apesar de ser bem menor, o terreno era muito produtivo, tinha grande diversidade de frutas, grande horta, plantio de cana, muitas galinhas, porcos, dentre outras produções, tudo em harmonia.

“Antes, de três em três meses nasciam 30 leitões e vendíamos. Hoje temos só dois porcos para começar. Galinhas tínhamos umas cem, de duas espécies. Vendíamos galinhas e uns seis pentes de

ovos por semana. Aqui, temos só mesmo para consumo. Tínhamos também poço de peixes e aqui não compensa fazer. Em Passa Sete, a água que abastecia o curral vinha de uma nascente e não precisava ser bombeada como no atual terreno. Com isso, nossa conta de energia dobrou”, contou Néia.

Outras famílias atingidas enfrentam os mesmos problemas em relação às suas atividades produtivas no processo de reassentamento. A empresa tem desconsiderado a produção e a comercialização rural de produtos como leite, ovos, frutas e hortaliças, na maioria das vezes executadas por mulheres, e reconhecido somente produções agroindustriais e formais. No entanto, a agricultura familiar muitas vezes é a principal fonte de renda das comunidades atingidas e caracteriza o modo de vida e a cultura no campo.

Essas demandas foram encaminhadas ao Comitê de Monitoramento do Reassentamento (composto por representantes das comunidades, da Anglo American e dos municípios), onde estão sendo debatidas e avaliadas, para definição.

Garagem construída recentemente pela família



Foto: Patrícia Castanheira

Balanco do reassentamento

Conforme informado pela mineradora durante a 14ª Reunião do Comitê de Monitoramento do Reassentamento, realizada em março, existem **407 processos elegíveis ao Plano de Reassentamento**. Desses, **364 famílias realizaram a assinatura do Termo de Participação**, sendo que, à época, cerca de 78% manifestaram interesse no

acompanhamento da ATI durante o processo negocial.

Atualmente, **315 famílias já passaram pelo processo de negociação junto à empresa**, totalizando 572 atendimentos realizados. Entre as famílias da Zona de Autossalvamento (ZAS) que optaram pela modalidade de **reassentamento indivi-**



dual, 64 já formalizaram a assinatura dos contratos com a Anglo American. As negociações familiares relacionadas ao reassentamento coletivo tiveram início no mês de março e seguem em andamento.

► DANOS À PAISAGEM

O Sapo é uma fotografia na parede

Por Marcos Amaral

“Eu falo que o Sapo vai se tornar igual a um lugar que pertence a Conceição do Mato Dentro que se chama ‘Cemitério dos Peixes’, um lugar que é fechado, não tem morador, as pessoas moram fora, e aí tem um dia de festa e nesse dia de festa todo mundo vai pra lá.” Essa é a previsão de Laudiene Santos, a Didi, moradora do Sapo, no distrito de São Sebastião do Bom Sucesso.

Didi, que é responsável pelo cartório e professora na escola do distrito, viu sob seus cui-

dados a educação de diferentes gerações. Assim também pôde testemunhar, desde a implantação, o brusco impacto da mineração na Serra do Sapo, a alteração da paisagem, das tradições e dos fluxos cotidianos que compunham o modo de vida e os hábitos da antiga comunidade rural. Hoje, em suas palavras, um “distrito fantasma”.

Com um retrato antigo em suas mãos, Didi contextualiza: O imóvel em questão era uma pensão de sua família, à qual durante sua adolescência ela contribuía com afazeres no contraturno



▀ Quadro guarda memória de outros tempos

da escola. Em um dia comum, em meados dos anos 1980, dois homens hospedaram-se na pensão e lá permaneceram alguns meses. Passavam o dia na Serra do Sapo e retornavam à noite para jantar e dormir. Possivelmente geólogos, estes realizavam atividades de pesquisa mineral. Naquela época não se sabia, mas aquele momento configurou-se em um marco de mudanças sentidas e vividas décadas depois, com a implantação do Minas-Rio, a mineração na serra e o esvaziamento da comunidade. “A gente vê cada passo acontecendo, vê aos poucos a história indo embora”, relata a moradora.

Em um quadro pendurado na parede se observa a centenária igreja do distrito, parte das residências e a serra ao fundo. A imagem remonta à memória de outros tempos, de tradicionais festas religiosas que atraíam grande público, os banhos de cachoeira na serra, relações com comunidades vizinhas e fortes laços de solidariedade que foram prejudicados pela atividade minerária e o reassentamento individual das famílias. Para Didi, esse é o impacto/dano de maior profundidade.



▀ Operação do Minas-Rio na Serra do Sapo



▀ Celebração de São Sebastião no Sapo, em 1980

“Alí quando você acordava era uma serra encantada, cheia de verde, de matas, aí você abria (a janela) e vinha a brisa. Hoje você abre e sente tristeza. Quando não está chovendo é a poeira, aí você vê a paisagem, que verde já não é mais [...] mas a tristeza maior é a perda das festas religiosas que foram se acabando porque não tem gente, dos nossos alunos que fomos perdendo e o convívio que a gente tinha com os vizinhos. Essa é a dor maior que a gente tem. A maior.”, diz Laudiene (Didi).

Parafrazeando o poeta mineiro Carlos Drummond de Andrade, que, como Didi, também vivenciou os impactos da mineração em sua vida e comunidade: O Sapo “é uma fotografia na parede. Mas como dói!”.

Foto: Jaineine Ferraz



▀ Laudiene (Didi), moradora do Sapo, é uma das guardiãs da memória do distrito

Foto: Jaineine Ferraz

Fotos: Arquivo pessoal Laudiene Santos / Sapo

► COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Certificação quilombola de Passa Sete e Gramixá

Por Brígida Alvim

Localizadas abaixo da barragem de rejeitos da Anglo American, em Conceição do Mato Dentro, e em processo de reassentamento, as comunidades Passa Sete e Gramixá se reconheceram quilombolas (em assembleia comunitária de autoidentificação, realizada no dia 8/09/25) e foram certificadas pela Fundação Cultural Palmares. A certificação, publicada no Diário Oficial da União no dia 27/04/26, é fruto de processo de mobilização comunitária que gerou fortalecimento da ancestralidade, da territorialidade e da memória cultural local. Nesse percurso, as comunidades contaram com apoio do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes), da Federação das Comunidades Quilombolas do Estado



Foto: Tiago Geisler

Reunião da comunidade com ATI e entidades parceiras, sobre certificação e garantia de direitos quilombolas

de Minas Gerais (N'Golo) e da Assessoria Técnica Independente ATI 39 Nacab, entre outras entidades.

Por serem vizinhas, com histórias e dinâmicas integradas, Passa Sete e Gramixá

passaram pelo processo juntas. Há quase 20 anos, elas convivem com impactos negativos do complexo minerário, como trânsito de veículos e caminhões, possível redução da quantidade e da qualidade da água, aumento de poeira, ruídos, vibrações, medo de rompimento da barragem, perda de produção agropecuária e dificuldades em manter seus modos de vida e de trabalho. Em consequência disso, vivenciam realocação forçada e esvaziamento do território, mas buscam preservar seus modos de vida, memórias, relações e terem seus direitos culturais e territoriais reconhecidos.

Parabéns Passa Sete e Gramixá pela luta, cultura, resistência e a conquista do certificado quilombola!

Mulher em destaque

Por Georgyanne Sena



No dia 25/03, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em Belo Horizonte, aconteceu uma Audiência Pública da Comissão dos Direitos Humanos com objetivo de reconhecer mulheres que se destacam na defesa e na promoção dos direitos humanos e de igualdade de gênero em Minas Gerais. Dentre as 30 mulheres que receberam o Prêmio Anita Santos está Darcília Pires, atingida de Conceição do Mato Dentro.

Ao ser chamada para receber o prêmio, ela foi assim apresentada pela presidenta da comissão, a deputada Bella Gonçalves: “Dona Darcília é moradora da comunidade quilombola Passa Sete; mestra de saberes tradicionais e símbolo de resistência; referência na luta pela Soberania Popular na Mineração; atua na defesa do território, água, cultura e dignidade do seu povo”.

Dona Darcília, que é benzedeira e raizeira, seguindo ao dom de suas ancestrais, integrante do MAM e liderança

comunitária, discursou:

“É uma grande honra estar aqui para dizer que a mulher tem que lutar e tem que sobreviver com carinho e amor. Eu estou há 20 anos lutando contra a mineração em Conceição do Mato Dentro e não canso de lutar! Aí eu quero dizer para todas as mulheres: Lutem contra a mineração porque é uma tristeza. Eu luto em Conceição do Mato Dentro desde a Borba Gato e não tô cansada não, tô aqui. Estou aqui, sempre junto com as mulheres, e quero dizer para vocês que hoje nós temos possibilidades e tem várias pessoas que podem ajudar nós. Obrigada!”

Ela recebeu a premiação com felicidade e orgulho. “Eu nunca esperava ser valorizada por lutar pelos direitos humanos, por ser uma lutadora. Eu me senti honrada por saber que minha luta não foi e nem é em vão”, relata a homenageada.

Parabéns, Dona Darcília!

Darcília é reconhecida, entre 30 mulheres homenageadas

Comunidades vão até tribunais para serem ouvidas

Por Josiane Guimarães

No dia 11/02, representantes das comunidades quilombolas São José do Arrudas e Passa Sete foram a Belo Horizonte conversar com órgãos estaduais sobre possíveis riscos do licenciamento ambiental do 2º alteamento da barragem de rejeitos da Anglo American. Reuniões agendadas no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE) e no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) trataram desse tema, que preocupa as duas comunidades. Atualmente, Passa Sete está na Zona de Autossalvamento (ZAS) da barragem e em processo de reassentamento; enquanto São José do Arrudas poderá integrar a mesma área caso ocorra a ampliação da estrutura de 700 para 725 metros.

No TCE, moradores das comunidades foram recebidos pelo conselheiro-presidente, Durval Ângelo. No diálogo, ele lembrou sobre as decisões tomadas pelo órgão para suspender o processo de licenciamento com a intenção de proteger as comunidades existentes na ZAS. Em seguida, as



Divulgação MAM

Representantes das comunidades quilombolas no TCE-MG

peças atingidas acompanharam sessão plenária do TCE, onde houve manifestações do presidente e de outros conselheiros em apoio aos atingidos por barragens.

Já no TJMG, onde há decisões favoráveis à continuidade do processo de licenciamento, o grupo foi recebido por juízes auxiliares da presidência e relataram suas preocupações, sobretudo em relação aos impactos já existentes e que tendem a se intensificar. Participaram das duas

agendas 12 pessoas atingidas, sendo 11 de São José do Arrudas e uma de Passa Sete. Também estiveram presentes a deputada estadual Bella Gonçalves, integrantes do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (Gesta/UFMG). A ATI39 Nacab, representada pela coordenadora territorial Josiane Guimarães e o coordenador jurídico Jesús Menjivar, acompanhou e prestou assessoria técnica às pessoas atingidas.

As agendas foram importantes oportunidades de diálogo direto com as instituições que recentemente tomaram decisões relacionadas ao processo de licenciamento ambiental. Com os encontros, as comunidades puderam contextualizar aspectos da realidade vivida em seus territórios tradicionais, suas experiências e preocupações em relação aos impactos do sistema Minas-Rio e ao cumprimento das leis que garantem direitos aos atingidos por barragens.

Cartografia social de São José do Arrudas

Por Janaíne Ferraz

Em assembleia no dia 7/02, a comunidade quilombola São José do Arrudas aprovou a metodologia da cartografia social a ser aplicada no território. A proposta foi construída pela ATI 39 Nacab com participação dos moradores, que solicitaram apoio para traçar os limites territoriais e os aspectos sociais, econômicos e culturais da comunidade.

A cartografia social tem objetivo de mapear e caracterizar o território a partir do conhecimento e da vivência dos moradores. Isso inclui contar a história da comunidade, identificar caminhos e deslocamentos do dia a dia, as relações de vizinhança e convivência, além dos espaços de uso cole-

tivo como fontes de água, áreas de mata, locais de plantio, escolas, cemitério, igrejas, entre outros. Também permite entender como as famílias se organizam e se apoiam economicamente, ao evidenciar relações que sustentam a vida comunitária.

A expectativa, com a realização da cartografia social, é de reunir informações que ajudem a orientar ações técnicas para garantir a proteção dos modos de vida, da organização social e direitos da comunidade.



Foto: Bárbara Gomes

Assembleia da comunidade, em fevereiro, validou metodologia do estudo

SABERES CULTURAIS

► CULINÁRIA

“Regrar o fogo para tirar na hora certa”

Por Janaíne Ferraz



Gerusa mostra a sua produção de goiabada

Às 7h30 da manhã, o fogão a lenha já está aceso na casa de Gerusa Carvalho Costa Santos, de 69 anos, moradora da comunidade quilombola São José do Arrudas. É ali que começa mais um dia de produção do doce de goiaba. Foi com sua mãe, Dona Jacinta, que ela aprendeu os **primeiros segredos**, há mais de 40 anos, quando começou a fazer doces por necessidade de ajudar os pais. Depois disso, o doce passou a simbolizar partilha e afeto, e a partir de 1986 novamente tornou-se trabalho.

O preparo exige tempo, cuidado e paciência. E, como ensina Gerusa, tudo começa com escolhas. Aqui vai o **1º segredo**: “É bom usar a goiaba vermelha, porque a branca empretece”. Depois de colhidas, as goiabas são lavadas e limpas, com a retirada das brocas e das bicheiras. Em seguida, são cozidas e passadas pela peneira. Aí vai o **2º segredo**: “Só dá certo se você passar na peneira de palha. Se passar na de alumínio o arame empretece o doce”.

A receita segue uma medida precisa: Para 2 quilos de massa é preciso 1 quilo de açúcar. Antes de tudo ir ao fogo, o tacho também precisa de preparo. **3º segredo**: “Ele deve ser lavado com limão e sal, porque como é de cobre, fica amarelado e dá gosto no doce. Isso chama **zinabre**.”

No fogão a lenha, com o tacho já limpo e seco, Gerusa mistura a massa com o açúcar e começa o trabalho mais exigente: mexer sem parar. Nessa etapa, ela se reveza com o esposo Jesus, que aprendeu o ofício com a própria Gerusa. A tarefa pede força no braço e atenção constante. Para evitar queimaduras, ela recomenda proteção: blusa de manga comprida, máscara e óculos, já que o doce quente “saltita” durante o preparo.

Agora vai o **4º segredo**: “O ponto do doce é muito difícil. Você consegue saber só no olho. Você tem que regrar o fogo para tirar na hora certa. Se colocar muito fogo e se parar de mexer o doce garra no fundo.” Quando finalmente a mistura começa a se soltar do fundo do tacho, é sinal de que

chegou ao ponto certo. Ainda quente, o doce deverá ser despejado na forma. **5º segredo**: “A forma deve ser forrada com folha de bananeira para não garrar o fundo.” O descanso é parte do processo. O desenforme, o corte e o embalado só acontecem no dia seguinte, quando o doce já está frio e firme. Por volta das 11h30, Gerusa encerra mais uma produção.

Além da goiabada, ela produz doces de mamão, cidra, laranja, leite e pé de moleque, saberes guardados e compartilhados, como quem conta, aos poucos, os segredos de um ofício.



Fotos: Janaíne Ferraz



Jesus mexe o doce no tacho para garantir o ponto e a textura (acima). Gerusa realiza o processo de enformar o doce

Zinabre: É a oxidação que ocorre com o cobre ou outros materiais metálicos ao entrar em contato com a umidade e o ar, deixando o material esverdeado ou amarelado.

A-Z

► RECEITA

Paçoca de amendoim no pilão

Por Georgyanne Sena

Quer aprender a fazer uma tradicional paçoca de amendoim no pilão? Confira a receita do José Gonçalves, morador do Turco:



Processo de preparo da paçoca no pilão

Ingredientes:

- 1kg de farinha moído (pode ser de milho, mandioca ou fubá torrado)
- ½ (meia) rapadura
- ½ (meio) pacote de amendoim torrado moído (ou em grãos, torrados sem casca)
- 1 pitada de sal para realçar sabor

Modo de fazer:

1. Em um pilão, coloque a farinha de milho moído e o pacote de amendoim torrado moído.
2. Acrescente a rapadura raspando com a faca para facilitar. (Caso queira mais doce, basta acrescentar mais rapadura).



Engenhoca e pilão construídos por José Gonçalves

3. Com a mão de pilão, socar todos os ingredientes de forma firme e ritmada, até virar uma fina farofa.

Dica: Quanto mais socar e triturar os ingredientes, a paçoca ficará mais homogênea e fina.

► ARTESANATO

Mãos que criam

Por Georgyanne Sena



Fotos: Georgyanne Sena



Banco construído pelas mãos de José Gonçalves e, ao lado, ferramentas de marcenaria utilizadas por ele

José Gonçalves da Silva tem 69 anos e é morador da comunidade do Turco desde 1983. Natural de Guanhões, ele conta que aprendeu a fazer peças de marcenaria ainda criança, observando

seu pai fazer gamelas, pilões, pratos de madeira, engenhoca e outros utensílios. José também tem outros dons: constrói e reforma telhados, bancos, cadeiras e fornos. A matéria-prima (madeira) ele

encontra nos terrenos da região e com muita criatividade transforma em arte, com apenas 5 ferramentas: *machado grande, machadinha, plaina, enxogoiva e enxodireita.*

“Faço essas peças por hobby, para distrair a cabeça. Eu me sinto muito bem e que estou seguindo essa ideologia do meu pai, dos meus avós... Não sou um artista porque não trabalho direto

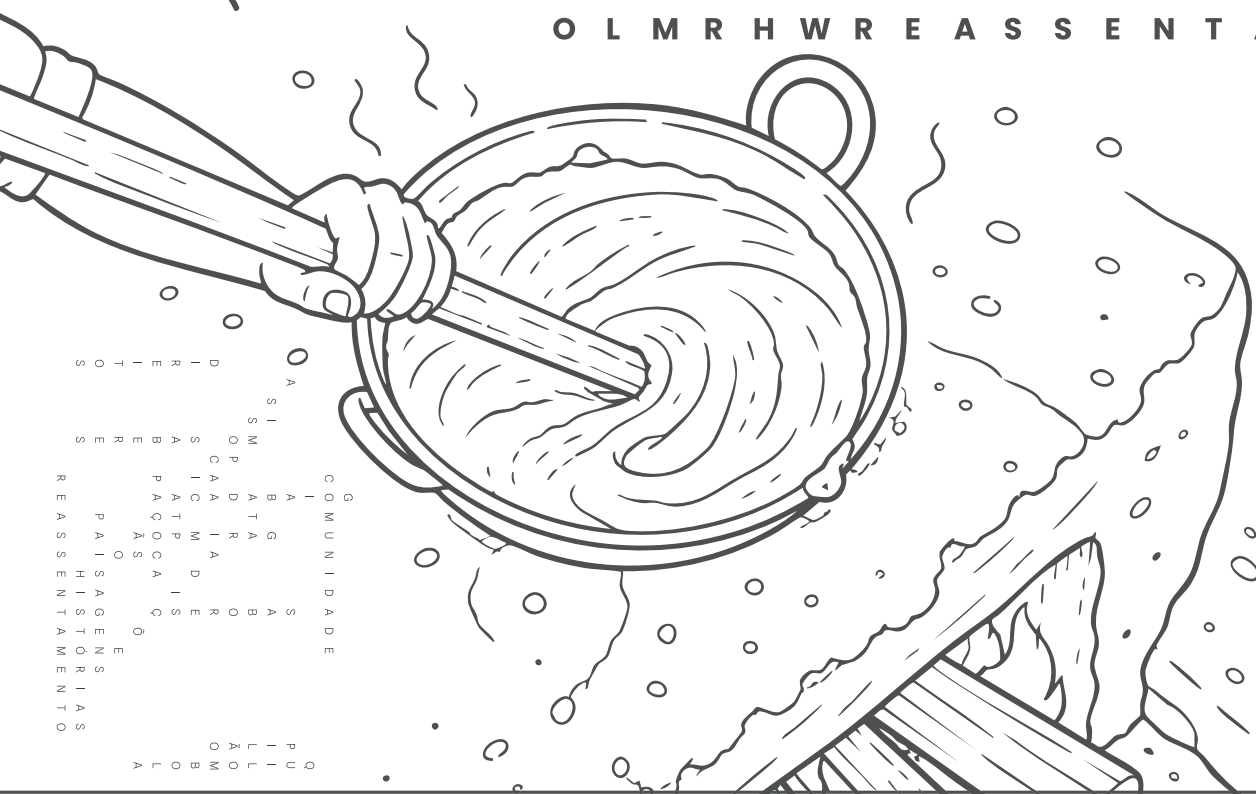
com isso, falta muita coisa ainda. O engenheiro é a parte técnica, a gente é a parte prática. Aprendi com a vida, tudo da mente da gente, errando em algumas coisas e acertando em outras.”

Caça-Palavras

Encontre algumas palavras e assuntos tratados nas matérias do jornal!

- ASSOCIAÇÃO
- COMUNIDADE
- DIREITOS
- GARIMPO
- GOIABADA
- HISTÓRIAS
- IMPACTOS
- PAISAGENS
- PAÇOCA
- PILÃO
- QUILOMBOLA
- REASSENTAMENTO
- SABERES
- SABORES
- TRADIÇÕES

S E V N R Y O G C B L D N P F T A N I N H N
 I R L T O T C O M U N I D A D E B H C D O H
 I G H A W O D I F E R O R D N I A S S K F Q
 O A R D T G N A F N I T W S S R T X T E P U
 R Q S I E T L B A G U A S A O V R S Q C I I
 S R E S M N W A T A I L I B K S T H O F L L
 B R H W O P R D S R T T C O N A O N P M ã O
 D V N A H C A A J I A S U R H O F Y R O O M
 I D A Y S E I C L M K D Y E A A H T A U R B
 R O D P A Z E A T P T R I S D N A R Q D H O
 E E H R B F P A Ç O C A S Ç A T R O D S S L
 I L R E E E F I C ã S E H O Õ Y E X T H O A
 T I R D R H V B I J O E I A O E T T T T N T
 O E O W E R M A P A I S A G E N S L A E N E
 S N M F S W L P A T A H I S T Ó R I A S G F
 O L M R H W R E A S S E N T A M E N T O N N



COMUNIDADE
 ASSOCIAÇÃO
 DIREITOS
 GARIMPO
 GOIABADA
 HISTÓRIAS
 IMPACTOS
 PAISAGENS
 PAÇOCA
 PILÃO
 QUILOMBOLA
 REASSENTAMENTO
 SABERES
 SABORES
 TRADIÇÕES



Assessoria
 Técnica
 Independente
 ATI 39

NACAB
 NÚCLEO DE ACESSORIA
 ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS
 POR BARRAGENS